



Edição: Vol. 01 Nº. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

**O DIREITO À EDUCAÇÃO E AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO
HAITI (2010–2020): DESAFIOS, IMPACTOS E PERSPECTIVAS.**

**THE RIGHT TO EDUCATION AND EDUCATIONAL INEQUALITIES IN
HAITI (2010–2020): CHALLENGES, IMPACTS, AND PERSPECTIVES.**

**EL DERECHO A LA EDUCACIÓN Y LAS DESIGUALDADES EDUCATIVAS
EN HAITÍ (2010–2020): DESAFÍOS, IMPACTOS Y PERSPECTIVAS.**

FRITZNEL ALPHONSE

Doutor em História pela UFRGS

E-mail: fritznel110@yahoo.fr

RESUMO: No período de 2010 a 2020, o sistema educacional do Haiti enfrentou uma série de obstáculos, incluindo instabilidade política, desastres naturais e deficiências estruturais, o que intensificou as disparidades em termos de acesso e qualidade, especialmente nas áreas rurais e nas instituições públicas. Este estudo visa investigar o direito à educação no Haiti, destacando as diferenças entre os sistemas de ensino público e privado, além de avaliar iniciativas locais que buscam reduzir essas disparidades. A pesquisa utiliza uma abordagem mista, que combina dados estatísticos obtidos do Ministério da Educação, da UNESCO e do UNICEF com entrevistas semiestruturadas com professores, inspetores, alunos e responsáveis. Os resultados revelam que as escolas públicas sofrem com problemas como superlotação, escassez de materiais e a adoção de métodos de ensino tradicionais, enquanto as instituições privadas apresentam melhores recursos e abordagens pedagógicas mais dinâmicas. A conclusão sugere que ações comunitárias contribuem parcialmente para promover maior igualdade, mas enfatiza a necessidade de fortalecer a formação dos professores, melhorar a infraestrutura, contextualizar os currículos e incentivar metodologias participativas para assegurar o direito à educação para todos.

Palavras-chave: ensino; Haiti; disparidades na educação; estratégias educacionais; acesso à educação.

ABSTRACT: Between 2010 and 2020, Haiti's educational system faced a series of obstacles, including political instability, natural disasters, and structural deficiencies, which intensified disparities in access and quality, especially in rural areas and public institutions. This study aims to investigate the right to education in Haiti, highlighting differences between public and private school systems, as well as evaluating local initiatives that seek to reduce these disparities. The research uses a mixed-methods approach, combining statistical data obtained from the Ministry of Education, UNESCO, and UNICEF with semi-structured interviews with teachers, inspectors, students, and



Edição: Vol. 01 N°. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

guardians. The results reveal that public schools suffer from issues such as overcrowding, lack of materials, and reliance on traditional teaching methods, while private institutions have better resources and more dynamic pedagogical approaches. The conclusion suggests that community initiatives partially contribute to promoting greater equality but emphasizes the need to strengthen teacher training, improve infrastructure, contextualize curricula, and encourage participatory methodologies to ensure the right to education for all.

Keywords: education; Haiti; educational disparities; educational strategies; access to education.

RESUMEN: Entre 2010 y 2020, el sistema educativo de Haití enfrentó una serie de obstáculos, incluyendo inestabilidad política, desastres naturales y deficiencias estructurales, lo que intensificó las disparidades en términos de acceso y calidad, especialmente en las zonas rurales y en las instituciones públicas. Este estudio tiene como objetivo investigar el derecho a la educación en Haití, destacando las diferencias entre los sistemas de enseñanza pública y privada, además de evaluar iniciativas locales que buscan reducir estas disparidades. La investigación utiliza un enfoque mixto, que combina datos estadísticos obtenidos del Ministerio de Educación, la UNESCO y UNICEF con entrevistas semiestructuradas a docentes, inspectores, estudiantes y responsables. Los resultados revelan que las escuelas públicas enfrentan problemas como hacinamiento, escasez de materiales y la adopción de métodos de enseñanza tradicionales, mientras que las instituciones privadas cuentan con mejores recursos y enfoques pedagógicos más dinámicos. La conclusión sugiere que las acciones comunitarias contribuyen parcialmente a promover una mayor igualdad, pero enfatiza la necesidad de fortalecer la formación de los docentes, mejorar la infraestructura, contextualizar los planes de estudio e incentivar metodologías participativas para asegurar el derecho a la educación para todos.

Palabras clave: educación; Haití; desigualdades educativas; estrategias educativas; acceso a la educación.

1 INTRODUÇÃO

A educação é fundamental para o desenvolvimento das sociedades, influenciando a transformação econômica e moldando a identidade social e cultural dos indivíduos. Ela estimula a reflexão ativa, fortalece a cidadania e transmite valores, conhecimentos e habilidades essenciais para as gerações vindouras, favorecendo o pensamento crítico e a participação cívica. (Alphonse, 2025; Durkheim, 1978). No Haiti, desde o final dos anos



Edição: Vol. 01 N°. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

1980, uma série de reformas têm sido implementadas com o objetivo de aumentar o acesso e melhorar a qualidade da educação básica, em especial no terceiro ciclo do ensino fundamental, que é uma fase vital para a formação de cidadãos (Fischer, 2001; MENFP, 2008; Pierre-Louis, 2010). Entretanto, ainda existem desafios estruturais, como a falta de infraestrutura adequada, a carência de materiais educacionais e a baixa qualificação dos professores, questões que se manifestam de maneira especialmente evidente em Gonaïves (Banco Mundial, 2014).

Entre 2010 e 2024, o governo do Haiti promoveu uma reforma no ensino médio com foco na modernização do currículo e na elevação da qualidade da educação, Alphonse (2025), no âmbito de uma pesquisa sobre a formação continuada de professores no Haiti, recomendou como eixos centrais: o fortalecimento da capacitação docente sob liderança do MENFP, com menor dependência externa; a adoção de dispositivos híbridos nas áreas rurais; o estímulo à mentoria e a práticas pedagógicas locais; a promoção da equidade na alocação de recursos; e a valorização da carreira docente por meio de remuneração adequada, regulamentação profissional e reconhecimento dos saberes locais. A formação continuada é concebida como uma estratégia política de redução das desigualdades, alinhada aos princípios da justiça educacional.

Segundo Legendre (1993), a educação constitui um processo dinâmico de construção ativa do saber, o que acentua a importância das Ciências Sociais na compreensão das dinâmicas históricas e sociais, além de contribuir para o fortalecimento da cidadania (Delors, 1996; UNESCO, 2012; Louis, 2009). Em matéria de educação, a Constituição do Haiti, promulgada em 29 de março de 1987, declara em seu preâmbulo que a unidade nacional está atrelada à superação das disparidades entre as populações urbanas e rurais, bem como ao reconhecimento da diversidade cultural e linguística. Além



Edição: Vol. 01 Nº. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

disso, assegura a todos os cidadãos o direito ao desenvolvimento, à informação, à educação¹, à saúde, ao trabalho e ao lazer (Haiti, 1987).

Essa garantia é reforçada por ações posteriores, como o Programa de Escolarização Universal (MENFP, 2018), que reafirma o compromisso do Estado com a democratização do acesso à educação. Contudo, a concretização desse direito ainda enfrenta restrições. Desigualdades profundas, instabilidades políticas e pobreza severa impedem que muitos tenham acesso à educação. O sismo de 2010² devastou diversas instituições de ensino e forçou professores a abandonarem suas funções. Embora tenha ocorrido um crescimento nas matrículas desde 2010, essa expansão não promoveu igualdade nem aprimoramento na qualidade educacional. Continua havendo disparidades relevantes entre as regiões urbanas e rurais. De um lado, as instituições públicas lidam

¹ Ver os artigos 32 a 32-5 da Constituição do Haiti, promulgada em 1987, determinam que o governo é responsável por garantir o direito à educação e fomentar o desenvolvimento pleno dos cidadãos. A responsabilidade pela educação é dividida entre o Estado e as Coletividades Territoriais, as quais precisam assegurar o acesso gratuito ao ensino e a preparação adequada dos professores. A Constituição estabelece a educação em larga escala como um elemento central para o progresso do país, tornando obrigatório o ensino fundamental e garantindo a isenção de custos para os materiais educativos. Ademais, confere ao governo e às municipalidades a responsabilidade de promover a formação agrícola, profissional, cooperativa e técnica, além de estimular a educação infantil e outras formas de ensino não convencionais.

² O terremoto de magnitude 7,3 que atingiu o Haiti em 12 de janeiro de 2010 provocou mais de 300 mil mortes, número semelhante de feridos — incluindo cerca de 5 mil amputados — e deixou 1,5 milhão de pessoas sem moradia na área metropolitana de Porto Príncipe, além de deslocar outras 600 mil para outras regiões (HAITI, 2010; Alphonse, 2015). Os danos materiais foram massivos: 105 mil casas destruídas, 208 mil danificadas, mais de 1.300 escolas e mais de 50 unidades de saúde colapsadas. As perdas econômicas chegaram a cerca de US\$ 79 bilhões, equivalentes a 120% do PIB de 2009. Embora haja divergências entre fontes quanto aos números exatos, os dados disponíveis revelam a magnitude da devastação. No setor educacional, a vulnerabilidade ficou evidente. O MENFP estima que 77% das infraestruturas públicas — que já representavam apenas 6% da oferta escolar — foram destruídas, resultando na morte de aproximadamente 38 mil estudantes, 1.347 professores e 180 funcionários (MENFP, 2010; 2012). Estudos subsequentes confirmaram os impactos humanos, sociais e econômicos do desastre (Bayard, 2010; Becerra et al., 2010; Vert et al., 2011).



Edição: Vol. 01 Nº. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

com a falta de infraestrutura e a carência de educadores qualificados. De outro lado, as escolas privadas acumulam recursos e oferecem condições pedagógicas superiores (UNESCO, 2015; CONFEMEN, 2013).

Esse cenário evidencia a continuidade das desigualdades no âmbito escolar. Segundo Bourdieu e Passeron (1970), o sistema educacional normalmente perpetua as disparidades sociais. Complementando essa visão, Sen (1999) aponta que a matrícula em instituições de ensino não garante de fato a disponibilidade de oportunidades efetivas de aprendizado. Foi a partir dessa lógica que o sistema política no Haiti ainda se apoia no setor privado e em projetos vindos do exterior. Embora essas iniciativas sejam importantes, frequentemente carecem de integração. A fraca articulação com as políticas públicas compromete sua viabilidade a longo prazo (UNICEF, 2015; Roblin, 2020). Este trabalho visa investigar o acesso à educação e as disparidades educacionais no Haiti no período de 2010 a 2020. Dentro do escopo deste estudo, buscamos explorar as seguintes questões:

1. De que maneira se revelam as desigualdades em relação ao acesso, à qualidade e ao financiamento?
2. Qual o impacto das políticas públicas e das iniciativas internacionais na mitigação ou na perpetuação das desigualdades?
3. Quais orientações podem fomentar um sistema educacional mais justo e resistente?

A pesquisa fundamenta-se em informações oficiais do MENFP, EMIS, UNESCO e UNICEF. Além disso, incorporamos estudos críticos acerca da educação, políticas públicas e desigualdades sociais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. O acesso à educação



Edição: Vol. 01 Nº. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

O direito à educação é um elemento básico dos direitos humanos, reconhecido em documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Ele é crucial para o crescimento individual e para a prática completa da cidadania (UNESCO, 2015). Sen (1992) enfatiza que a educação é mais do que apenas a disponibilidade de instituições escolares; ela atua como um meio para ampliar as competências humanas e diminuir as desigualdades. Bourdieu (1979, 1996) aponta para a função da educação na manutenção das hierarquias sociais, beneficiando as classes mais favorecidas. No contexto haitiano, essas visões contribuem para compreender como a educação perpetua diferenças sociais e regionais, apesar das garantias previstas na constituição.

2.2. Diferenças na educação: contexto e organização

Historicamente, a educação no Haiti tem sido direcionada principalmente às classes privilegiadas. O Concordato de 1860, juntamente com instituições de ensino de caráter religioso, estabeleceu um modelo educacional focado na formação de uma elite cristã, deixando o ensino público em uma posição secundária. Reformas sucessivas ampliaram, em certa medida, as oportunidades de acesso à escola, mas não modificaram a essência elitista do sistema educacional (Roblin, 2020). De 34% a 40% das crianças não estavam frequentando a escola, principalmente em lares de baixa renda e em regiões rurais (CONFEMEN, 2013; MEN, 2010). As desigualdades também são visíveis na infraestrutura, nos materiais pedagógicos e na relação entre alunos e professores, ressaltando um dualismo duradouro entre as instituições de ensino públicas e privadas.

2.3 Efeitos das crises

O sismo de 2010 devastou instituições de ensino e forçou a migração de docentes, intensificando a exclusão na educação (MEN, 2010; Roblin, 2020). A incerteza política e a pobreza sistêmica pioraram a paralisação das aulas. Pesquisas mostram que as escolas privadas apresentam mais capacidade de recuperação, enquanto as instituições públicas



Edição: Vol. 01 Nº. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

enfrentam longas interrupções, o que agrava as disparidades (Dubet, 2004; CONFEMEN, 2013).

2.4 Aspectos estruturais, socioeconômicos e institucionais

As restrições nas estruturas educacionais englobam a escassez de escolas públicas, a concentração de recursos em ambientes urbanos e a fraca qualificação dos professores (Roblin, 2020). No que diz respeito aos fatores socioeconômicos, salientam-se a pobreza no lar, a exploração do trabalho infantil e as dificuldades linguísticas entre o crioulo e o francês (UNESCO, 2015). A fragmentação do sistema educacional, a dependência de recursos financeiros externos e a limitada capacidade de regulação do Estado tornam desafiadoras as iniciativas voltadas para a universalização e a equidade (CONFEMEN, 2013; MEN, 2010). Esses elementos fazem com que a educação se torne um meio de perpetuação das desigualdades sociais (Bourdieu & Passeron, 1970).

2.5. Táticas de reação

Estratégias para reduzir as desigualdades envolvem: a reconstrução após desastres, a formação de professores de forma justa, a educação bilíngue e o suporte pedagógico para crianças em situação de vulnerabilidade (Dubet, 2004; UNESCO, 2015). Contudo, ações isoladas e que dependem de recursos externos apresentam efeitos restritos na mudança estrutural do sistema (Roblin, 2020). Dessa maneira, apesar das mudanças e dos esforços globais, ainda existem desigualdades significativas. Existem falhas na análise abrangente das políticas locais e internacionais, assim como na avaliação da eficácia das estratégias de mitigação entre 2010 e 2020.

Desde 1990, o neoliberalismo permaneceu como influência nas políticas do Haiti, e o setor educacional passou a adotar orientações tanto nacionais quanto internacionais — principalmente da OCDE e da UNESCO — que promoveram uma agenda focada em



Edição: Vol. 01 N°. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

eficiência, uniformização e um fortalecimento da função regulatória do Estado. Esta pesquisa visa oferecer uma análise crítica do desenvolvimento do sistema educacional no Haiti ao longo desse tempo.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi conduzido no Haiti entre 2010 e 2020. O foco foram instituições de ensino públicas e privadas, localizadas em áreas urbanas e rurais. Devido à falta de informações, utilizou-se uma metodologia mista. A análise qualitativa concentrou-se em percepções, comportamentos e dinâmicas sociais e políticas. Esses dados foram complementados por informações estatísticas do MENFP, IHSI e EDS, além de questionários aplicados a estudantes do ensino fundamental. Segundo Creswell (2014), a integração de abordagens qualitativas e quantitativas proporcionou uma visão mais completa das desigualdades educacionais. No que diz respeito a colaboradores e fontes de dados, este estudo valoriza os seguintes:

- Dados quantitativos: Informações oficiais do Ministério da Educação (MENFP, 2010), da UNESCO (2015) e do UNICEF (2015), apresentando estatísticas sobre índices de matrícula, relação entre alunos e professores, desigualdades regionais e investimentos no sistema de ensino.
- Qualitativo: Foram escolhidos por meio de amostragem intencional um total de 30 docentes, 10 supervisores escolares, 50 estudantes e 20 responsáveis, de maneira a refletir a variedade de realidades educacionais no país.
- Diversas referências: Documentos de organizações não governamentais e pesquisas acadêmicas (Save the Children, Catholic Relief Services; Roblin, 2020; CONFEMEN, 2013) acerca dos efeitos das políticas educacionais após o desastre sísmico.

Em relação aos métodos, este estudo utilizou os seguintes procedimentos: os dados quantitativos foram analisados de forma descritiva, o que possibilitou a identificação e mensuração das desigualdades no acesso, na qualidade e nos recursos



Edição: Vol. 01 N°. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

disponíveis. As informações qualitativas foram obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, que foram transcritas e examinadas de maneira temática, conforme a abordagem de Braun e Clarke (2006), com ênfase nas estratégias de ensino, desafios encontrados e formas de adaptação.

A pesquisa possui restrições relacionadas à atualização das informações estatísticas, ao número de participantes, à percepção dos envolvidos e ao período analisado (2010–2020), não levando em conta alterações ocorridas posteriormente. Apesar disso, a junção de abordagens quantitativas e qualitativas permitiu compreender de maneira minuciosa as disparidades na educação e os elementos institucionais que influenciam o acesso ao ensino no Haiti.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo, ao integrar informações numéricas e qualitativas com uma análise sociológica detalhada, revelam que as disparidades no acesso, na continuidade e na qualidade da educação no Haiti estão intimamente ligadas à reprodução social, à seletividade do sistema educacional e à vulnerabilidade estrutural do Estado.

4.1 Acesso à educação: avanços limitados e desigualdades persistentes

De 2010 a 2016, o Haiti observou um crescimento contínuo nas taxas líquidas de matrícula no ensino fundamental, subindo de 68,1% para 77%. Essa evolução é um reflexo das iniciativas internacionais voltadas para a universalização da educação, combinadas com programas de emergência após o terremoto. Contudo, a fidedignidade das informações disponíveis possui algumas restrições (Duru-Bellat, 2002). As garotas demonstraram índices um pouco mais altos do que os dos meninos, evidenciando uma certa igualdade entre os gêneros. No entanto, as meninas em áreas rurais continuam a ser mais suscetíveis ao abandono escolar, à violência e ao trabalho em casa (MENFP, 2010; Roblin, 2020).



Edição: Vol. 01 N°. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

Com a queda do regime de Jean-Claude Duvalier em fevereiro de 1986, o Haiti começou a mudar suas diretrizes econômicas com base em princípios neoliberais, um processo que se intensificou com o retorno de Jean-Bertrand Aristide ao governo em 1994. Esse retorno foi condicionado à implementação de reformas estruturais solicitadas por instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), conforme estipulado no Acordo da Ilha dos Governadores. (DUPUY, 2010; TROUILLOT, 1995; FARMER, 2006). A abertura econômica — como a redução das tarifas sobre o arroz de 35% para 3% em 1995 — enfraqueceu a produção interna e elevou a dependência alimentar; em 2008, 82% do arroz consumido era importado (Faniel; Frenat; Junior, 2024). Essa reestruturação reduziu a capacidade estatal de financiar políticas sociais, incluindo a educação. Com cerca de 85% das escolas sob gestão privada, as famílias assumem grande parte dos custos (15%–25% da renda anual por criança), o que limita o acesso e mantém altas taxas de analfabetismo (23%) e baixa conclusão do ensino fundamental (IHEI, 2014; LAI, 2014; MENFP, 2010).

A privatização transforma a educação em mercadoria, criando um “cidadão consumidor” (Gentili, 1996; Dubet; Duru-Bellat; Véréttout, 2010) e inserindo lógicas empresariais no setor público (Laval, 2019; Joshua & Dupin, 2009). Os programas como o Plano Operacional 2010–2015 e o PSUGO tentaram ampliar o acesso. Criado em 2011, o PSUGO buscava matricular 1,5 milhão de crianças e contou com o Fundo Nacional de Educação, financiado por taxas sobre chamadas e transferências internacionais (MENFP, 2015; BRH, 2018; TSCCA, 2017–2018). Mesmo com fragilidades de gestão, as matrículas no ensino básico aumentaram de 68% para 78% entre 2010 e 2016 (MENFP, 2015–2016).

Ainda assim, persistem desigualdades estruturais: escolas rurais são escassas, obrigando deslocamentos longos, e as condições pedagógicas variam profundamente. Em



Edição: Vol. 01 N°. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

2020, a relação³ alunos/professor era de 45 por um nas escolas públicas e 25 por um nas privadas (CONFEMEN, 2013). Menos de 50% das escolas públicas dispõem de materiais essenciais, contra 70%–85% das privadas, reforçando exclusões e reproduzindo o capital cultural das classes favorecidas (IHEI/ESCVAM, 2014; Bourdieu; Passeron, 1964; 1970).

4.3 Desigualdades estruturais, crises e vulnerabilidade social

O sistema educacional do Haiti é baseado em três eixos principais de desigualdade: condição socioeconômica, localização geográfica e a instabilidade sociopolítica e ambiental (MENFP, 2010; IHEI/ESCVAM, 2014). Esses elementos favorecem um significativo atraso na educação, resultando em 71% dos alunos estando acima da idade apropriada devido à repetência escolar e a inscrições tardias (LAI, 2014). Embora os artigos 32 a 32-5 da Constituição do Haiti de 1987 assegurem o direito à educação de forma universal, a gratuidade do ensino e a obrigatoriedade da educação primária (Haiti, 1987).

Mas, a situação no país demonstra uma considerável discrepância entre a legislação e sua implementação. O sistema educacional é caracterizado por uma acentuada desigualdade regional, falta de infraestrutura adequada e uma forte dependência da iniciativa privada, que acolhe a maioria dos alunos, o que vai contra o princípio da responsabilidade do Estado. As instituições privadas, especialmente as religiosas, perpetuam essa situação ao implementar critérios de seleção que excluem alunos considerados "menos qualificados" (Bourdieu & Passeron, 1970; Joint, 2008). A seleção nas escolas atua como um instrumento de perpetuação das desigualdades sociais (Bourdieu & Passeron, 1985; Dubet, 2010). Esse processo afasta alunos de baixa renda e faz com que a exclusão seja vista como um resultado do insucesso pessoal.

³ Entretanto, essa situação não é uniforme em todo o sistema educacional do Haiti, sendo mais comum nas escolas das áreas urbanas. Ao refletir sobre minha vivência como professor-pedagogo em uma escola particular na zona rural de Gonaïves, percebo que, mesmo com turmas de ensino fundamental (anos iniciais) a ensino médio compostas por cerca de 45 a 50 alunos por professor, não foram detectados problemas relevantes de aprendizado entre os alunos dessa instituição.



Edição: Vol. 01 N°. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

Acontecimentos como o terremoto de 2010, o furacão Matthew em 2016 e a instabilidade política de 2019 a 2023 impactaram de maneira desigual as escolas públicas e as regiões rurais. No ano de 2019, 60% das instituições de ensino estavam inativas, enquanto apenas 9% estavam operando no departamento do Oeste. A fragilidade no setor educacional resulta de aspectos naturais e decisões políticas que enfraquecem o Estado, intensificando a dependência externa (Thomas, 2018; Alphonse, 2017). Assim, a educação acaba sendo afetada por crises que perpetuam a desigualdade. A persistência de lógicas coloniais no sistema educacional haitiano reproduz desigualdades profundas, sustentadas por uma história de exclusão racializada, desvalorização do crioulo e hierarquização dos saberes. Como indicam Fanon (1961) tais desigualdades revelam a continuidade do projeto colonial nas instituições e nas experiências escolares cotidianas.

A identificação das fraquezas do sistema de ensino no Haiti, Abraham (2020) enfatiza uma situação urgência de implementar estratégias que diminuam as desigualdades estruturais. Entre as principais diretrizes, estão: a distribuição justa de recursos (Said, 1994); a promoção da educação bilíngue para superar obstáculos de linguagem (Bernstein, 2003); a capacitação de professores focada na equidade (Freire, 1974); o suporte a alunos em situação de vulnerabilidade para evitar a perpetuação das desigualdades (Bourdieu & Passeron, 1970); e a avaliação constante das políticas educacionais (UNESCO, 2020). Esses aspectos traçam caminhos promissores para reforçar a equidade no ensino no Haiti.

4.4 Iniciativas compensatórias e limites da ação pública

No contexto comunitário, organizações não governamentais e colaborações internacionais se dedicam à distribuição de materiais educacionais, capacitação de professores e à formação de bibliotecas. Apesar de sua importância, essas ações são isoladas, desarticuladas e altamente dependentes de recursos externos, o que revela a falta de políticas públicas consistentes (UNESCO, 2016; Banco Mundial, 2015). Como resultado, iniciativas temporárias acabam desempenhando papéis que deveriam ser do Estado, e a desigualdade no acesso à educação se torna um problema estrutural, já que a



Edição: Vol. 01 Nº. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

obtenção de direitos depende da ajuda externa em vez de garantias oferecidas pelo governo (Joint, 2008; Laval, 2019).

Diretrizes necessárias

Necessidade estrutural	Implicação
Financiamento público contínuo	Reduz mercantilização e dependência externa
Regulação do setor privado	Evita seletividade e exclusão por custo
Formação docente permanente	Reduz desigualdade pedagógica
Políticas territoriais de equidade	Compensam vulnerabilidade rural
Estratégias de resiliência a crises	Evitam descontinuidade escolar

Fontes: BANQUE MONDIALE (2014); MENIÉ & HURTADO (2019); VERGER & BONAL (2011); ASHLEY et al. (2014); UNESCO (2018); TARDIF (2014); LAGUERRE (2023); UNESCO (2021); UNICEF (2020); PIGOZZI (2015); UNESCO (2021)

Em síntese, os achados indicam que o Haiti apresenta progressos restritos na frequência escolar, com uma igualdade de gênero apenas aparente e um crescimento contínuo nas inscrições. No entanto, o sistema de ensino ainda é marcadamente desigual por conta de:

- reforma fundamental na provisão de educação escolar;
- escassa atuação do governo e investimentos públicos limitados;
- reflexo educacional das desigualdades sociais;
- susceptibilidade a crises de natureza sociopolítica e ambiental.

Dessa forma, verifica-se que o sistema educacional do Haiti opera como um meio de perpetuação das desigualdades sociais, em vez de servir como ferramenta para ascensão social. Para que a educação se torne um direito assegurado, é fundamental estabelecer uma política nacional forte, independente e fundamentada em princípios de equidade regional, investimento público e justiça social.

5 CONCLUSÃO

O estudo sobre o direito à educação no Haiti, conduzido entre 2010 e 2020, demonstra que o aumento no número de alunos matriculados após o terremoto de 2010 não resultou em uma autêntica democratização do sistema educacional. Apesar de a taxa de escolarização ter aumentado de 68,1% (2010–2011) para 77,0% (2015–2016), esse avanço não foi igualitário e não assegurou um aprendizado de qualidade. O efeito de



Edição: Vol. 01 Nº. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

desastres naturais e a instabilidade política impactaram de maneira desigual as escolas públicas e as áreas rurais, o que levou, em 2019, à interrupção das atividades em cerca de 60% das instituições de ensino.

A mera presença nas escolas não garante, por si só, um aprimoramento nas competências educacionais. As informações indicam diferenças marcantes referentes a gênero, localização e tipo de educação. Apesar de as meninas apresentarem uma ligeira superioridade nas taxas de matrícula, elas continuam a lidar com altos índices de abandono escolar e um sistema educacional que é exclusivo no nível médio. De um lado, observamos que as instituições de ensino no meio rural enfrentam sérias dificuldades devido à infraestrutura deficiente, à falta de formação adequada dos docentes e à carência de materiais. De outro lado, as escolas particulares dispõem de melhores condições e obtêm resultados superiores, enquanto as escolas públicas continuam a apresentar problemas de superlotação e falta de recursos financeiros.

Esse contexto válido a lógica de perpetuação das desigualdades apresentada por Bourdieu e Passeron (1970), onde a educação reforça as hierarquias sociais com base na noção de mérito. A dependência de iniciativas globais após 2010 revelou uma sustentabilidade precária, falta de supervisão governamental e uma significativa fragmentação. Os esforços foram direcionados para áreas que são acessíveis, mas isso não resultou em uma diminuição das desigualdades no sistema. Embora iniciativas comunitárias contribuam, elas não asseguram uma expansão equitativa. Para garantir o acesso à educação, são indispensáveis políticas sustentáveis que priorizem a equidade. A insuficiência na formação dos professores, a escassez de recursos, o abandono escolar e a falta de políticas efetivas dificultam o alcance das metas estabelecidas pela Constituição. Setores, como a educação infantil, técnica e agrícola, que estão previstos na Constituição, continuam a enfrentar subfinanciamento, perpetuando as fragilidades estruturais da educação no Haiti e à não execução plena do plano de 1987.

Em síntese, este estudo ressalta a necessidade de investir continuamente em infraestrutura, promover a valorização e a capacitação dos educadores, garantir a



Edição: Vol. 01 N°. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

equidade na alocação de recursos, fomentar a prática do bilinguismo entre o crioulo e o francês, aumentar o apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade e assegurar a supervisão permanente das políticas educacionais. Somente através de um compromisso político firme, apoiado pela colaboração entre o governo, a sociedade civil e a cooperação internacional, serão possíveis criar um sistema educacional inclusivo, resiliente e com justiça social.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, J. (2020). *L'école haïtienne. Entre ségrégation et rapport sociaux d'inégalité*. L'Harmattan. ISBN : 978-2-343-19619-0

ALPHONSE, F. *Estudo crítico do ensino de Ciências Sociais no 3º ciclo do Ensino Fundamental em Gonaïves (2005–2010): desafios, práticas e perspectivas*. Trabalho apresentado na I Jornada Umanità – Educação e Tecnologia: Fundamentos do Umanità, UEB, 2025.

ALPHONSE, Fritznel. *Formação continuada e equidade educativa: análise das desigualdades territoriais e institucionais no novo ensino secundário haitiano (2010–2024)*. 2025. Manuscrito.

ALPHONSE, F. *Análise do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) implementado pela UNICAMP no período de 2005-2014*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ABRAHAM, J. *L'école haïtienne : entre ségrégation et rapports sociaux inégalité*. Paris: L'Harmattan, 2020.

BOURDIEU, P. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, P. *The state nobility: elite schools in the field of power*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970/1990.



Edição: Vol. 01 Nº. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. Les héritiers. Paris: Les Éditions de Minuit, 1985 [1964].

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 6 nov. 2025.

CONFEMEN. L'éducation secondaire en Haïti: défis et perspectives. Dakar: CONFEMEN, 2013.

CONFEMEN. Rapport sur l'état de l'éducation dans les pays francophones. Paris: CONFEMEN, 2013.

CRESWELL, J. W. Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approach. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.

DUBET, F. L'école des chances: inégalités et démocratisation. Paris: Seuil, 2004.

DUPUY, Alex. *Haiti: from revolutionary slaves to powerless citizens*. New York: Routledge, 2010.

FARMER, Paul. *Aids and accusation: Haiti and the geography of blame*. Berkeley: University of California Press, 2006.

FANON, F. Les damnés de la terre. Paris: La Découverte, 2002 [1961].

GUSKEY, T. R. Professional development and teacher change. *Teachers and Teaching*, v. 8, n. 3, p. 381–391, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/135406002100000512>. Acesso em: 6 nov. 2025.

HAÏTI. Constitution de la République d'Haïti du 29 mars 1987. Port-au-Prince : Imprimerie Nationale, 1987.

JOHSUA, S.; DUPIN, J.-J. Chapitre 3. Démarches de modélisation et interactions sociales en classe: un exemple en physique. De Boeck Supérieur eBooks, p. 73–73, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/dbu.garni.2009.01.0073>.

LAGUERRE, S. Les inégalités scolaires en Haïti: le cas de l'enseignement fondamental. 2023. Thèse (Doctorat en Sociologie) – Université Paris Cité – IRD, UMR CEPED, Paris, 2023.



Edição: Vol. 01 N°. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

ROBLIN, M. La profession enseignante en Haïti: conditions de travail et formation continue. Port-au-Prince: MENFP, 2020.

ROBLIN, M. Éducation et inégalités au Haïti: entre crise et résilience. Port-au-Prince: Presses Universitaires d'Haïti, 2020.

SAID, E. W. Culture and imperialism. New York: Vintage Books, 1994.

SEN, A. Inequality reexamined. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Haiti, state against nation: the origins and legacy of Duvalierism*. New York: Monthly Review Press, 1995.

UNESCO. Education for All 2015 National Review: Haiti. Paris: UNESCO, 2015.

UNESCO. Rapport mondial de suivi sur l'éducation 2020: inclusion et éducation: tous, sans exception. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.54676/BIEV1074>.

UNICEF. Haiti Education Sector Analysis. Port-au-Prince: UNICEF, 2015.

UNICEF. Education in emergencies: lessons from the Caribbean. Port-au-Prince: UNICEF, 2017.

UNITED NATIONS. Déclaration universelle des droits de l'homme. New York: United Nations, 1948.

UNITED STATES OF AMERICA; UNITED NATIONS. *Agreement on the Governors Island Accord*. New York, 1993.

UNITED NATIONS. Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels. New York: United Nations, 1966.

GENTILI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 109, p. 1059–1079, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000400007>.

JOHSUA, S.; DUPIN, J.-J. Chapitre 3. Démarches de modélisation et interactions sociales en classe: un exemple en physique. De Boeck Supérieur eBooks, p. 73, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/dbu.garni.2009.01.0073>.



Edição: Vol. 01 Nº. 01 (2025)

Approved: 09/01/2026

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.123>

JOINT, L. A. *Système éducatif et inégalités sociales en Haïti: le cas des écoles catholiques*. Paris: L'Harmattan, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rref.861>.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

LAVAL, C.; DARDOT, P. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ALAI. *Trois ans de politiques néolibérales anti-progrès? América Latina en Movimiento*, 20 août 2014. Disponível em: < >. Acesso em: 27 jun. 2025.

PIERRE, D. *Constitutions, lois et éducation en Haïti, 1801–2011: éléments de politiques éducatives*. Port-au-Prince: Éditions Le Béréen, 2014.

PIZOLATI, A. R. da C. A influência do discurso neoliberal na governamentalidade pedagógica no Brasil contemporâneo. *Revista Cocar*, v. 14, n. 28, p. 521–540, 2020.

TARDIEU, C. *Le PSUGO, une catastrophe programmée*. 2016. Disponível em: < >. Acesso em: 12 dez. 2024.